

Os Planos Municipais de Educação como Indutores de Políticas Públicas

Prof. Dr. Donaldo Bello de Souza

Prof. Associado no Departamento de Políticas Públicas, Avaliação e Gestão da Educação (Depag)

Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ)

E-mail: donaldobello@gmail.com

Sumário

1. Pressupostos teórico-conceituais (políticas públicas e planos)
2. Disseminação dos planos infranacionais (estados e municípios)
3. Análise interna dos PME's da RMRJ (normatização, diagnóstico e decisões)
4. O caso das políticas de Controle Social da Educação
5. Considerações finais

1. Pressupostos teórico-conceituais

Políticas públicas de educação e suas repercussões locais

As políticas de educação – que encerram, entre outros aspectos, sua gestão e administração – se apresentam como parte integrante de um conjunto mais amplo de políticas sociais, cuja análise deve considerar não apenas o lugar e a legitimidade do Estado na sua promoção, mas também a identificação dos modos existentes de relação entre os diversos atores públicos e privados, assim como a própria dinâmica das fronteiras entre Estado e sociedade, entre público e privado.

MULLER, Pierre; SUREL, Yves. *L'analyse des politiques publiques*. Paris: Editions Montchestien, 1998.

JOBERT, Bruno; MULLER, Pierre. *L'état en action: politiques publiques et corporatismes*. Paris: Puf, 1987.

1. Pressupostos teórico-conceituais

Dimensões das políticas públicas em educação

Polity: remete à estrutura estável da ação pública, à ordem do sistema político delineada pelo sistema jurídico, à estrutura institucional do sistema político-administrativo;

Politics: dimensão processual, que coloca em ação o jogo político, a organização e luta pelo poder, os conflitos relativos às decisões (objetivos, conteúdos, etc.);

Policy: dimensão material (concreta) da ação pública e das decisões políticas, que incorpora a configuração dos programas políticos e os problemas técnicos.

DEUBEL, André-Noël Roth. *Políticas públicas: formulación, implementación y evaluación* Bogotá: Ediciones Aurora, 2002.

FREY, Klaus. Políticas públicas: um debate conceitual e reflexões referentes à prática da análise de políticas públicas no Brasil. *Planejamento e Políticas Públicas*, Brasília, DF, n. 21, p. 211-259, jun. 2000.

MULLER, Pierre; SUREL, Yves. *L'analyse des politiques publiques*. Paris: Editions Montchestien, 1998.

1. Pressupostos teórico-conceituais

Políticas públicas de educação e suas repercussões locais

Nestes termos, as políticas de educação tendem a ser tomadas como um constructo social e local, como um processo sujeito a recontextualizações, reinterpretações e recriações pelos vários atores sociais envolvidos desde o contexto de influência na produção da agenda política até o contexto da prática e dos seus efeitos em âmbito local, isto conforme os contextos políticos e os antecedentes culturais e históricos, também de sua administração.

BALL, Stephen. *The education debate*. Bristol: University of Bristol, 2013.

BARROSO, João. Gestão local da educação: entre o Estado e o mercado, a responsabilização colectiva. In: MACHADO, Lourdes Marcelino; FERREIRA, Naura Syria Carapeto (Org.). *Política e gestão da educação: dois olhares*, Rio de Janeiro: DP&A, 2002, p. 173-198.

BOWE, Robert; **BALL**, Stephen; **GOLD**, Anne. *Reforming Education and changing schools: case studies in policy sociology*. London: Routledge, 1992.

MULLER, Pierre; **SUREL**, Yves. *L'analyse des politiques publiques*. Paris: Editions Montchrestien, 1998.

OZGA, Jenny. *Investigação sobre políticas educacionais: terreno de contestação*. Porto: Porto Editora, 2000.

1. Pressupostos teórico-conceituais

Planejamento e planos de educação

“Planejar é, vislumbrando no horizonte do futuro desejado os objetivos a alcançar, traçar os caminhos para nele chegar e definir os meios e modos do caminhar. (...) é ter objetivos e não improvisar as ações para alcançá-los. (...) é o contrário da improvisação” (BORDIGNON, 2014, p. 31);

1. Pressupostos teórico-conceituais

Planejamento e planos de educação

O plano é a descrição, o desenho, o projeto do caminho a seguir, das etapas (metas / objetivos) e ações a empreender (estratégias) na caminhada para alcançar o futuro desejado.

É o documento formal que consolida as decisões tomadas no processo de planejamento.

Se configura, portanto, num registro escrito, apresentado sob a forma de um documento aprovado na instância própria de competência legal (BORDIGNON, 2014)

1. Pressupostos teórico-conceituais

Importância dos planos de educação

- ***Podem exprimir menos a tecnocracia local e mais o caráter democrático político-social***
- ***Implicam um planejamento local da educação menos experimental, intuitivo e fragmentado***
- ***Apresentam menor vulnerabilidade às sazonalidades das políticas de governo para a área da educação***
- ***Conferem maior transparência às políticas públicas para a área***
- ***Permitem o acompanhamento e avaliação pelo poder público e pela sociedade civil***

2. Disseminação dos planos infranacionais consoantes ao PNE 2014-2024

Planejamento da educação e suas racionalidades



2. Disseminação dos planos infranacionais consoantes ao PNE 2014-2020

Marcos jurídicos

As determinações constitucionais em torno da criação de um Plano Nacional de Educação (PNE) vieram a ser regulamentadas, num primeiro momento, na Ldben nº 9.394/1996 (art. 2º e art. 10, inciso III), e, algum tempo após, na Lei nº 10.172/2001 (art. 2º), que normatiza o PNE 2001-2010, quando prevê o estabelecimento de vinculações entre ele e os planos infranacionais nos termos de que, a partir da vigência do PNE, “os Estados, o Distrito Federal e os Municípios deverão [...] elaborar planos decenais correspondentes” (art. 2º).

2. Disseminação dos planos infranacionais consoantes ao

PNE 2014-2020

Marcos jurídicos

Entre 2008 e 2010, a Conferência de Educação Básica (Coneb) e a Conferência Nacional de Educação (Conae), entre outros eventos, implicaram elaboração de proposta para um novo PNE, agora referente ao decênio 2011-2020, marcadas por amplo debate social.

No seu lugar, o Governo Federal apresenta ao Legislativo outra proposta, o PL nº 8.035/2010, cujo trâmite – de 3,5 anos – foi iniciado em 20 de dezembro de 2010 e concluído em 03 de junho de 2014, com sanção presidencial no dia 25 deste mesmo mês, agora cobrindo o decênio 2014-2024 (Lei nº 13.005/2014).

2. Disseminação dos planos infranacionais consoantes ao PNE 2014-2020

Marcos jurídicos

No âmbito da Lei 13.005/2014 “Os Estados, o Distrito Federal e os Municípios deverão elaborar seus correspondentes planos de educação, ou adequar os planos já aprovados em lei, em consonância com as diretrizes, metas e estratégias previstas neste PNE” (art. 8º), agora no prazo de um ano contado a partir da publicação desta lei, isto mediante “ampla participação de representantes da comunidade educacional e da sociedade civil” (art. 7º, §2º).

2. Disseminação dos planos infranacionais consoantes ao PNE 2014-20204

Importância dos Planos Estaduais de Educação (PEEs)

Os PEEs consistem em importantes instrumentos de gestão, cuja particularidade implica, de um lado, integrar objetivos e metas do plano nacional, traduzindo-os, portanto, para a realidade territorial do estado e, de outro, prever a sua articulação às demandas municipais, de modo a que essas localidades possam adequar o planejamento nacional às suas especificidades.

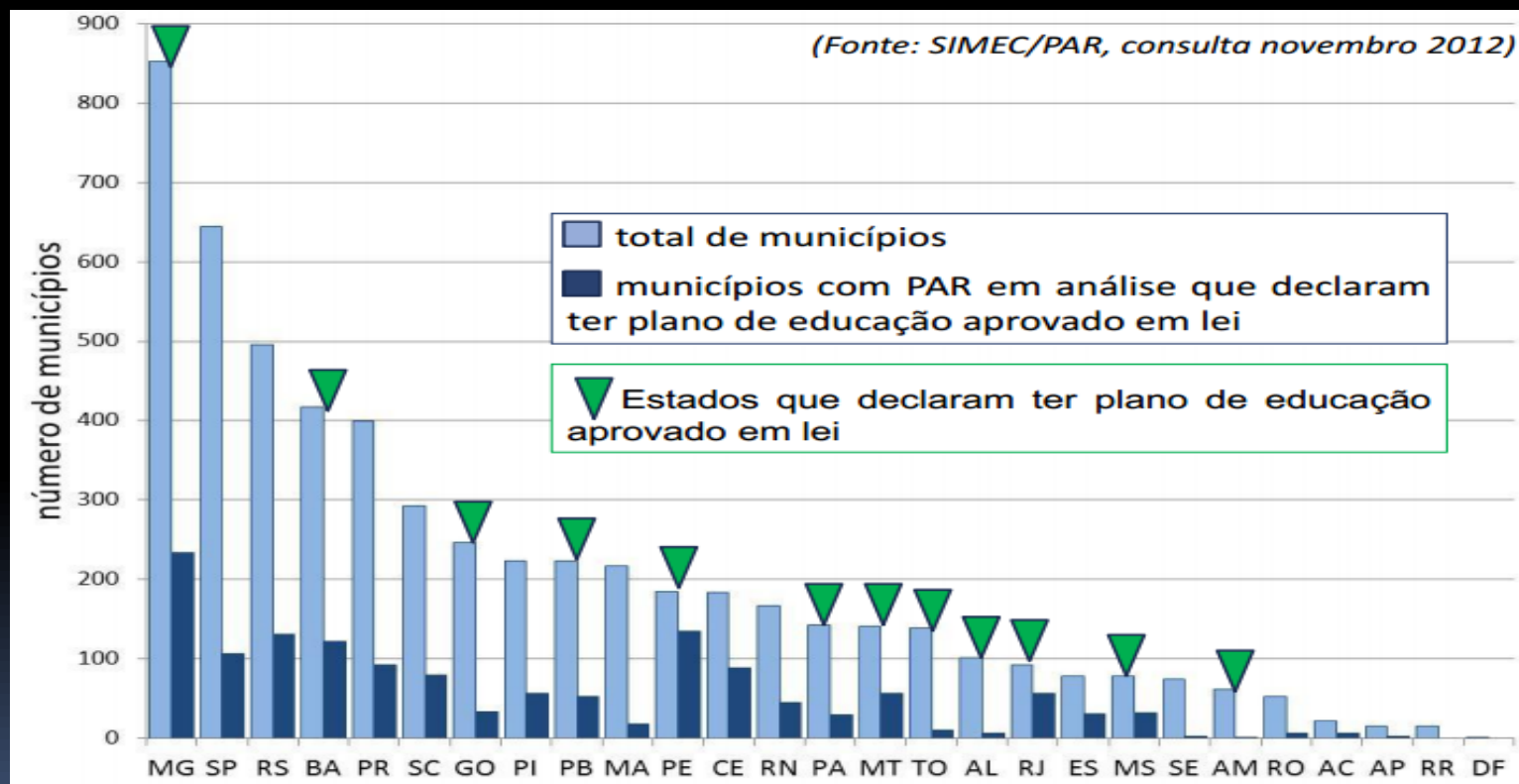
2. Disseminação dos planos infranacionais consoantes ao PNE 2014-20204

Importância dos Planos Municipais de Educação (PMEs)

É por meio dos PMEs que a localidade poderá diagnosticar a sua realidade educacional e, em consequência, prever ações planejadas e sistemáticas que visem ao atendimento das demandas identificadas, consoantemente ao PNE e ao PEE.

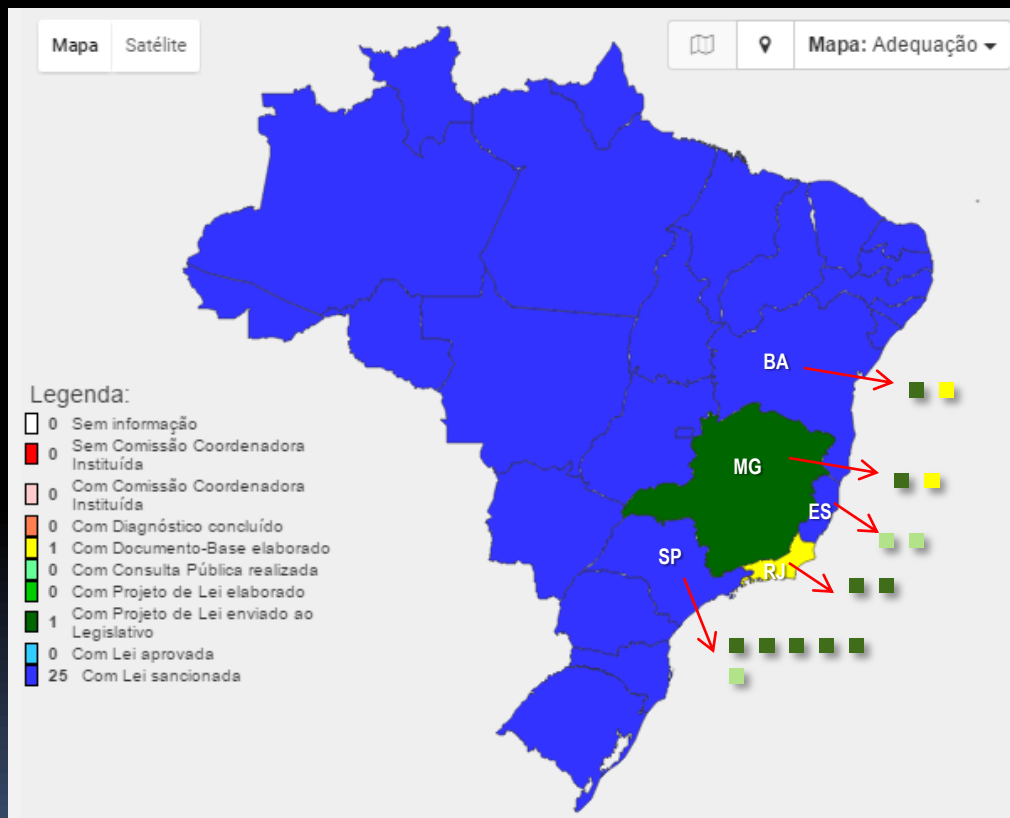
2. Disseminação dos planos infranacionais consoantes ao PNE 2014-2020

Estados com PEEs alinhados ao PNE 2001-2010 (em 2012)



2. Disseminação dos planos infranacionais consoantes ao PNE 2014-2024

Estados com PEEs alinhados ao PNE 2014-2024 (em maio 2017)



MEC. PNE em movimento. Disponível em: <<http://pne.mec.gov.br/planos-de-educacao/situacao-dos-planos-de-educacao>>. Acesso em 11/05/2017

2. Disseminação dos planos infranacionais consoantes ao PNE 2014-2024

Estados com PEEs alinhados ao PNE 2014-2024 (em dez. 2016)



3. Análise interna dos PMEs da RM do Rio de Janeiro consoantes ao PNE 2014-2024

Aspectos gerais da Região Metropolitana do Rio de Janeiro (RMRJ)



SOUZA, Donaldo Bello de. Avaliação organizacional de Planos Municipais de Educação relativos ao PNE 2014-2024. Estudos em Avaliação Educacional, São Paulo [no prelo].

SOUZA, Donaldo Bello de; ALCÂNTARA, Alzira Batalha. Conselhos Municipais de Educação: monitoramento e avaliação de Planos Municipais de Educação relativos ao PNE 2014-2024. Contrapontos, Itajaí [no prelo].

SOUZA, Donaldo Bello de; ALCÂNTARA, Alzira Batalha. O controle social no âmbito do planejamento municipal da educação no Brasil alinhado ao Plano Nacional de Educação 2014-2024 [aguardando parecer de periódico ao qual foi submetido para publicação].

(*) Período não explicitado na lei e nem no documento do PME correspondente, deduzido a partir da data de publicação do plano e da indicação do seu prazo de vigência (para todos os casos, decenal).

Os Planos Municipais de Educação como indutores de políticas públicas

3. Análise interna dos PMEs da RM do Rio de Janeiro consoantes ao PNE 2014-2024

Normatização jurídica:

REFERÊNCIA PME	LEI Nº	VIGÊNCIA
APROVADOS NO PRAZO LEGAL		
São João de Meriti	2.004 de 17 de junho de 2015	2014-2024
Paracambi	1.169 de 18 de junho de 2015	2015-2025
Itaboraí	2.556 de 22 de junho de 2015	2015-2025
Nova Iguaçu	4.504 de 23 de junho de 2015	2015-2025
Guapimirim	859 de 24 de junho de 2015	2015-2025
Belford Roxo	1.529 de 24 de junho de 2015	2015-2025
Cachoeiras de Macacu	2.056 de 24 de junho de 2015	2015-2025 (*)
Tanguá	971 de 24 de junho de 2015	2015-2025
APROVADOS COM MENOS DE UM MÊS DE ATRASO		
Duque de Caxias	2.713 de 30 de junho de 2015	2015-2025
Itaguaí	3.324 de 30 de junho de 2015	2015-2025
Japeri	1.301 de 23 de junho de 2015	2015-2025
Rio Bonito	2.070 de 23 de junho de 2015	2015-2025
Magé	2.267 de 01 de julho de 2015	2015-2025 (*)
Seropédica	566 de 01 de julho de 2015	2015-2025
Mesquita	908 de 29 de junho de 2015	2015-2025 (*)
Queimados	1.251 de 15 de julho de 2015	2015-2025 (*)
APROVADOS COM MENOS DE TRÊS MESES DE ATRASO		
Nilópolis	6.490 de 03 de setembro de 2015	2015-2024
São Gonçalo	658 de 07 de dezembro de 2015	2015-2024
Maricá	2.613 de 17 de setembro de 2015	2015-2025
APROVADOS COM MAIS DE UM ANO DE ATRASO		
Niteroi	3.234 de 02 de agosto de 2016	2016-2026
AINDA NÃO APROVADOS		
Rio de Janeiro	Com PL enviado ao legislativo	---

(*) Período não explicitado na lei e nem no documento do PME correspondente, deduzido a partir da data de publicação do plano e da indicação do seu prazo de vigência (para todos os casos, decenal).

SOUZA, Donaldo Bello de. Avaliação organizacional de Planos Municipais de Educação relativos ao PNE 2014-2024. *Estudos em Avaliação Educacional*, São Paulo [no prelo].

SOUZA, Donaldo Bello de; ALCÂNTARA, Alzira Batalha. Conselhos Municipais de Educação: monitoramento e avaliação de Planos Municipais de Educação relativos ao PNE 2014-2024. *Contrapontos*, Itajaí [no prelo].

SOUZA, Donaldo Bello de; ALCÂNTARA, Alzira Batalha. O controle social no âmbito do planejamento municipal da educação no Brasil alinhado ao Plano Nacional de Educação 2014-2024 [aguardando parecer de periódico ao qual foi submetido para publicação].

3. Análise interna dos PMEs da RM do Rio de Janeiro consoantes ao PNE 2014-2024

Diagnóstico da situação educacional:

Em um plano de educação, o diagnóstico consiste no exame de certa realidade territorial educacional (por exemplo, nacional, estadual, distrital, regional ou municipal), isto por meio da análise de indicadores quantitativos e de caracterizações e contextualizações qualitativas, compreendendo o equacionamento de problemas, dificuldades e perspectivas .

3. Análise interna dos PME's da RM do Rio de Janeiro consoantes ao PNE 2014-2024

Diagnóstico da situação educacional:



3. Análise interna dos PMEs da RM do Rio de Janeiro consoantes ao PNE 2014-2024

Diagnóstico da situação educacional:

REFERÊNCIA PME	EDUCACENSO	CES	SAEB	ENEM	IDEB	CD	PNAD	SME	SIMEC	OUTROS
COM DIAGNÓSTICO PRECEDENDO A DEFINIÇÃO DAS ESTRATÉGIAS RELATIVAS A CADA UMA DAS METAS										
Duque de Caxias	---	---	---	---	---	---	---	2010 e 2011	---	---
Mesquita	2009-2014	---	2005-2013	---	2015-2021	2010	2013	---	---	(4)
Nova Iguaçu	2010-2014	2011 e 2012	---	---	2005-2013 2015-2021	2010	2010 e 2013	---	(*)	(5)
São Gonçalo	2009-2014	---	2005-2013	---	2005-2013 2015-2021	2010	---	---	---	(7)
São João de Meriti	2009-2014	---	---	---	2005-2011 2015-2021	2010	---	2014 e 2015	---	(8)
COM DIAGNÓSTICO INDICADO EM SEÇÕES ESPECÍFICAS DO PLANO										
Itaboraí	2019 e 2014	---	---	---	2005-2013	2010	2013	2009-2014	(*)	(1)
Tanguá	2009-2014	2011	2011	---	2005-2013	2010	2013	2010-2014	(*)	(10)
Japeri	2014	---	---	---	2005-2013 2015-2021	---	---	2014 e 2015	---	---
Magé	2010-2014	2011	2005-2011	2013	2005-2013 2015-2021	2010-2013	2013	2015	---	(3)
Rio Bonito	2012 2013	---	2005-2009	---	2005-2013 2015-2021	2000, 2007 e 2010	2012 e 2013	---	(*)	(6)
COM INDICAÇÃO E ALGUNS INDICADORES E DADOS ESTATÍSTICOS, MAS SEM ANÁLISE										
Belford Roxo	2014	---	---	---	2005-2013 2015-2021	---	---	2015	(*)	---
Guapimirim	2010-2014	---	---	---	2015-2021	---	---	---	---	---
Itaguaí	2010 e 2015	---	---	---	2005-2013 2015-2021	2010	2013	2010-2015	(*)	(2)
Paracambi	2007-2013	---	2005-2009	2009	2005-2013 2015-2021	2010	---	---	---	---
Seropédica	---	---	---	---	2005-2013 2015-2021	---	---	---	---	(9)

3. Análise interna dos PMEs da RM do Rio de Janeiro consoantes ao PNE 2014-2024

Tomada de decisões (metas e estratégias):

*Conforme já sinalizado, as **metas** de um plano trazem à vista as decisões assumidas, no sentido de explicitarem as intenções e ações das políticas educacionais a serem adotadas para a solução dos problemas identificados na etapa diagnóstica, com quantitativos e prazos mensuráveis e, ainda, com indicação das **estratégias** nas e pelas quais o plano se moverá ao longo da sua implementação.*

Essas estratégias consistem justamente nos meios e processos que viabilizarão o alcance das metas do plano, expondo a definição das ações, dos recursos e das condições favoráveis disponíveis para avançar rumo ao atendimento das decisões tomadas neste tipo de planejamento.

3. Análise interna dos PMEs da RM do Rio de Janeiro consoantes ao PNE 2014-2024

Tomada de decisões (metas e estratégias):

REFERÊNCIA PME	METAS PNE Nº / QUANTIDADE DE ESTRATÉGIAS PMEs																				TOTAL
	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20	
Belford Roxo	12	9	5	34	9	8	20	2	9	3	3	4	2	2	2	4	16	4	17	8	173
Cachoeiras de Maca.	11	5	14	20	3	5	58	5	9	4	15	4	1	1	3	22	4	6	10	3	203
Guapimirim	15	11	14	16	7	11	30	7	12	10	7	10	5	4	7	10	5	6	8	7	202
Itaboraí	30	36	24	42	9	15	32	12 ^(*)	12 ^(*)	5	15	8	2	6	21	9	4	12	11	9	254
Itaguaí	31	29	6	31	7	19	29	6	10	7	4	7	3	4	7	10	5	8	27	9	259
Japeri	11	12	8	14	10	5	10	6	9	2	2	3	2	3	3	5	5	3	8	4	125
Magé	10	17	11	28	6	6	15	5	6	6	18	15	6	7	15	9	3	4	13	11	211
Maricá	32	29	0	24	9	23	34	6	9	7	0	0	0	5	13	4	7	3	11	14	230
Mesquita	12	14	24	31	8	8	10	6	10	13	19	16	5	4	3	15	5	8	16	15	242
Nilópolis	2	5	1	2	2	2	1	2	2	3	1	1	1	1	2	1	1	2	3	2	37
Nova Iguaçu	27	17	23	28	9	9	27	17	16	11	8	18	11	5	14	6	8	4	10	14	282
Paracambi	11	12	10	10	9	11	9	6	10	7	6	11	3	6	6	2	5	3	8	6	151
Queimados	13	21	4	29	11	5	13	7	9	7	7	12	3	9	2	4	2	2	12	6	178
Rio Bonito	18	16	19	30	8	11	36	16	15	21	23	15	4	8	20	13	13	16	9	8	319
São Gonçalo	20	25	14	27	11	24	5	16	15	19	26	14	7	15	16	19	3	8	15	23	322
São João de Meriti	13	14	13	31	7	9	4	5	12	13	6	17	8	3	19	11	6	8	13	13	225
Seropédica	19	16	6	12	8	6	16	5	11	11	9	7	5	5	7	5	4	4	8	5	169
Tanguá	18	27	5	32	13	14	5	22	16	11	4	6	4	6	11	14	16	7	20	19	270
TOTAL DE ESTRATÉGIAS	305	315	201	441	146	191	354	151	192	160	173	168	72	94	171	163	112	108	219	176	3.912
PNE 2014-2024	17	13	14	19	7	9	36	6	12	11	14	21	9	15	13	6	4	8	8	12	254

3. Análise interna dos PMEs da RM do Rio de Janeiro consoantes ao PNE 2014-2024

Tomada de decisões (metas e estratégias):

REFERÊNCIA PME	METAS PNE Nº / QUANTIDADE DE ESTRATÉGIAS PMEs																				TOTAL
	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20	
Belford Roxo	12	9	5	34	9	8	20	2	9	3	3	4	2	2	2	4	16	4	17	8	173
Cachoeiras de Maca.	11	5	14	20	3	5	58	5	9	4	15	4	1	1	3	22	4	6	10	3	203
Guapimirim	15	11	14	16	7	11	30	7	12	10	7	10	5	4	7	10	5	6	8	7	202
Itaboraí	30	36	24	42	9	15	32	12^(*)	12^(*)	5	15	8	2	6	21	9	4	12	11	9	254
Itaguaí	31	29	6	31	7	19	29	6	10	7	4	7	3	4	7	10	5	8	27	9	259
Japeri	11	12	8	14	10	5	10	6	9	2	2	3	2	3	3	5	5	3	8	4	125
Magé	10	17	11	28	6	6	15	5	6	6	18	15	6	7	15	9	3	4	13	11	211
Maricá	32	29	0	24	9	23	34	6	9	7	0	0	0	5	13	4	7	3	11	14	230
Mesquita	12	14	24	31	8	8	10	6	10	13	19	16	5	4	3	15	5	8	16	15	242
Nilópolis	2	5	1	2	2	2	1	2	2	3	1	1	1	1	2	1	1	2	3	2	37
Nova Iguaçu	27	17	23	28	9	9	27	17	16	11	8	18	11	5	14	6	8	4	10	14	282
Paracambi	11	12	10	10	9	11	9	6	10	7	6	11	3	6	6	2	5	3	8	6	151
Queimados	13	21	4	29	11	5	13	7	9	7	7	12	3	9	2	4	2	2	12	6	178
Rio Bonito	18	16	19	30	8	11	36	16	15	21	23	15	4	8	20	13	13	16	9	8	319
São Gonçalo	20	25	14	27	11	24	5	16	15	19	26	14	7	15	16	19	3	8	15	23	322
São João de Meriti	13	14	13	31	7	9	4	5	12	13	6	17	8	3	19	11	6	8	13	13	225
Seropédica	19	16	6	12	8	6	16	5	11	11	9	7	5	5	7	5	4	4	8	5	169
Tanguá	18	27	5	32	13	14	5	22	16	11	4	6	4	6	11	14	16	7	20	19	270
TOTAL DE ESTRATÉGIAS	305	315	201	441	146	191	354	151	192	160	173	168	72	94	171	163	112	108	219	176	3.912
PNE 2014-2024	17	13	14	19	7	9	36	6	12	11	14	21	9	15	13	6	4	8	8	12	254

3. Análise interna dos PMEs da RM do Rio de Janeiro consoantes ao PNE 2014-2024

Tomada de decisões (metas e estratégias):

REFERÊNCIA PME	METAS PNE Nº / QUANTIDADE DE ESTRATÉGIAS PMEs																				TOTAL
	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20	
Belford Roxo	12	9	5	34	9	8	20	2	9	3	3	4	2	2	2	4	16	4	17	8	173
Cachoeiras de Maca.	11	5	14	20	3	5	58	5	9	4	15	4	1	1	3	22	4	6	10	3	203
Guapimirim	15	11	14	16	7	11	30	7	12	10	7	10	5	4	7	10	5	6	8	7	202
Itaboraí	30	36	24	42	9	15	32	12 ^(*)	12 ^(*)	5	15	8	2	6	21	9	4	12	11	9	254
Itaguaí	31	29	6	31	7	19	29	6	10	7	4	7	3	4	7	10	5	8	27	9	259
Japeri	11	12	8	14	10	5	10	6	9	2	2	3	2	3	3	5	5	3	8	4	125
Magé	10	17	11	28	6	6	15	5	6	6	18	15	6	7	15	9	3	4	13	11	211
Maricá	32	29	0	24	9	23	34	6	9	7	0	0	0	5	13	4	7	3	11	14	230
Mesquita	12	14	24	31	8	8	10	6	10	13	19	16	5	4	3	15	5	8	16	15	242
Nilópolis	2	5	1	2	2	2	1	2	2	3	1	1	1	1	2	1	1	2	3	2	37
Nova Iguaçu	27	17	23	28	9	9	27	17	16	11	8	18	11	5	14	6	8	4	10	14	282
Paracambi	11	12	10	10	9	11	9	6	10	7	6	11	3	6	6	2	5	3	8	6	151
Queimados	13	21	4	29	11	5	13	7	9	7	7	12	3	9	2	4	2	2	12	6	178
Rio Bonito	18	16	19	30	8	11	36	16	15	21	23	15	4	8	20	13	13	16	9	8	319
São Gonçalo	20	25	14	27	11	24	5	16	15	19	26	14	7	15	16	19	3	8	15	23	322
São João de Meriti	13	14	13	31	7	9	4	5	12	13	6	17	8	3	19	11	6	8	13	13	225
Seropédica	19	16	6	12	8	6	16	5	11	11	9	7	5	5	7	5	4	4	8	5	169
Tanguá	18	27	5	32	13	14	5	22	16	11	4	6	4	6	11	14	16	7	20	19	270
TOTAL DE ESTRATÉGIAS	305	315	201	441	146	191	354	151	192	160	173	168	72	94	171	163	112	108	219	176	3.912
PNE 2014-2024	17	13	14	19	7	9	36	6	12	11	14	21	9	15	13	6	4	8	8	12	254

3. Análise interna dos PMEs da RM do Rio de Janeiro consoantes ao PNE 2014-2024

Tomada de decisões (metas e estratégias):

REFERÊNCIA PME	METAS PNE Nº / QUANTIDADE DE ESTRATÉGIAS PMEs																				TOTAL
	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20	
Belford Roxo	12	9	5	34	9	8	20	2	9	3	3	4	2	2	2	4	16	4	17	8	173
Cachoeiras de Maca.	11	5	14	20	3	5	58	5	9	4	15	4	1	1	3	22	4	6	10	3	203
Guapimirim	15	11	14	16	7	11	30	7	12	10	7	10	5	4	7	10	5	6	8	7	202
Itaboraí	30	36	24	42	9	15	32	12 ^(*)	12 ^(*)	5	15	8	2	6	21	9	4	12	11	9	254
Itaguaí	31	29	6	31	7	19	29	6	10	7	4	7	3	4	7	10	5	8	27	9	259
Japeri	11	12	8	14	10	5	10	6	9	2	2	3	2	3	3	5	5	3	8	4	125
Magé	10	17	11	28	6	6	15	5	6	6	18	15	6	7	15	9	3	4	13	11	211
Maricá	32	29	0	24	9	23	34	6	9	7	0	0	0	5	13	4	7	3	11	14	230
Mesquita	12	14	24	31	8	8	10	6	10	13	19	16	5	4	3	15	5	8	16	15	242
Nilópolis	2	5	1	2	2	2	1	2	2	3	1	1	1	1	2	1	1	2	3	2	37
Nova Iguaçu	27	17	23	28	9	9	27	17	16	11	8	18	11	5	14	6	8	4	10	14	282
Paracambi	11	12	10	10	9	11	9	6	10	7	6	11	3	6	6	2	5	3	8	6	151
Queimados	13	21	4	29	11	5	13	7	9	7	7	12	3	9	2	4	2	2	12	6	178
Rio Bonito	18	16	19	30	8	11	36	16	15	21	23	15	4	8	20	13	13	16	9	8	319
São Gonçalo	20	25	14	27	11	24	5	16	15	19	26	14	7	15	16	19	3	8	15	23	322
São João de Meriti	13	14	13	31	7	9	4	5	12	13	6	17	8	3	19	11	6	8	13	13	225
Seropédica	19	16	6	12	8	6	16	5	11	11	9	7	5	5	7	5	4	4	8	5	169
Tanguá	18	27	5	32	13	14	5	22	16	11	4	6	4	6	11	14	16	7	20	19	270
TOTAL DE ESTRATÉGIAS	305	315	201	441	146	191	354	151	192	160	173	168	72	94	171	163	112	108	219	176	3.912
PNE 2014-2024	17	13	14	19	7	9	36	6	12	11	14	21	9	15	13	6	4	8	8	12	254

3. Análise interna dos PMEs da RM do Rio de Janeiro consoantes ao PNE 2014-2024

Tomada de decisões (metas e estratégias):

REFERÊNCIA PME	METAS PNE Nº / QUANTIDADE DE ESTRATÉGIAS PMEs																				TOTAL
	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20	
Belford Roxo	12	9	5	34	9	8	20	2	9	3	3	4	2	2	2	4	16	4	17	8	173
Cachoeiras de Maca.	11	5	14	20	3	5	58	5	9	4	15	4	1	1	3	22	4	6	10	3	203
Guapimirim	15	11	14	16	7	11	30	7	12	10	7	10	5	4	7	10	5	6	8	7	202
Itaboraí	30	36	24	42	9	15	32	12 ^(*)	12 ^(*)	5	15	8	2	6	21	9	4	12	11	9	254
Itaguaí	31	29	6	31	7	19	29	6	10	7	4	7	3	4	7	10	5	8	27	9	259
Japeri	11	12	8	14	10	5	10	6	9	2	2	3	2	3	3	5	5	3	8	4	125
Magé	10	17	11	28	6	6	15	5	6	6	18	15	6	7	15	9	3	4	13	11	211
Maricá	32	29	0	24	9	23	34	6	9	7	0	0	0	5	13	4	7	3	11	14	230
Mesquita	12	14	24	31	8	8	10	6	10	13	19	16	5	4	3	15	5	8	16	15	242
Nilópolis	2	5	1	2	2	2	1	2	2	3	1	1	1	1	2	1	1	2	3	2	37
Nova Iguaçu	27	17	23	28	9	9	27	17	16	11	8	18	11	5	14	6	8	4	10	14	282
Paracambi	11	12	10	10	9	11	9	6	10	7	6	11	3	6	6	2	5	3	8	6	151
Queimados	13	21	4	29	11	5	13	7	9	7	7	12	3	9	2	4	2	2	12	6	178
Rio Bonito	18	16	19	30	8	11	36	16	15	21	23	15	4	8	20	13	13	16	9	8	319
São Gonçalo	20	25	14	27	11	24	5	16	15	19	26	14	7	15	16	19	3	8	15	23	322
São João de Meriti	13	14	13	31	7	9	4	5	12	13	6	17	8	3	19	11	6	8	13	13	225
Seropédica	19	16	6	12	8	6	16	5	11	11	9	7	5	5	7	5	4	4	8	5	169
Tanguá	18	27	5	32	13	14	5	22	16	11	4	6	4	6	11	14	16	7	20	19	270
TOTAL DE ESTRATÉGIAS	305	315	201	441	146	191	354	151	192	160	173	168	72	94	171	163	112	108	219	176	3.912
PNE 2014-2024	17	13	14	19	7	9	36	6	12	11	14	21	9	15	13	6	4	8	8	12	254

3. Análise interna dos PMEs da RM do Rio de Janeiro consoantes ao PNE 2014-2024

Tomada de decisões (metas e estratégias):

REFERÊNCIA PME	METAS PNE Nº / QUANTIDADE DE ESTRATÉGIAS PMEs																				TOTAL
	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20	
Belford Roxo	12	9	5	34	9	8	20	2	9	3	3	4	2	2	2	4	16	4	17	8	173
Cachoeiras de Maca.	11	5	14	20	3	5	58	5	9	4	15	4	1	1	3	22	4	6	10	3	203
Guapimirim	15	11	14	16	7	11	30	7	12	10	7	10	5	4	7	10	5	6	8	7	202
Itaboraí	30	36	24	42	9	15	32	12 ^(*)	12 ^(*)	5	15	8	2	6	21	9	4	12	11	9	254
Itaguaí	31	29	6	31	7	19	29	6	10	7	4	7	3	4	7	10	5	8	27	9	259
Japeri	11	12	8	14	10	5	10	6	9	2	2	3	2	3	3	5	5	3	8	4	125
Magé	10	17	11	28	6	6	15	5	6	6	18	15	6	7	15	9	3	4	13	11	211
Maricá	32	29	0	24	9	23	34	6	9	7	0	0	0	5	13	4	7	3	11	14	230
Mesquita	12	14	24	31	8	8	10	6	10	13	19	16	5	4	3	15	5	8	16	15	242
Nilópolis	2	5	1	2	2	2	1	2	2	3	1	1	1	1	2	1	1	2	3	2	37
Nova Iguaçu	27	17	23	28	9	9	27	17	16	11	8	18	11	5	14	6	8	4	10	14	282
Paracambi	11	12	10	10	9	11	9	6	10	7	6	11	3	6	6	2	5	3	8	6	151
Queimados	13	21	4	29	11	5	13	7	9	7	7	12	3	9	2	4	2	2	12	6	178
Rio Bonito	18	16	19	30	8	11	36	16	15	21	23	15	4	8	20	13	13	16	9	8	319
São Gonçalo	20	25	14	27	11	24	5	16	15	19	26	14	7	15	16	19	3	8	15	23	322
São João de Meriti	13	14	13	31	7	9	4	5	12	13	6	17	8	3	19	11	6	8	13	13	225
Seropédica	19	16	6	12	8	6	16	5	11	11	9	7	5	5	7	5	4	4	8	5	169
Tanguá	18	27	5	32	13	14	5	22	16	11	4	6	4	6	11	14	16	7	20	19	270
TOTAL DE ESTRATÉGIAS	305	315	201	441	146	191	354	151	192	160	173	168	72	94	171	163	112	108	219	176	3.912
PNE 2014-2024	17	13	14	19	7	9	36	6	12	11	14	21	9	15	13	6	4	8	8	12	254

3. Análise interna dos PMEs da RM do Rio de Janeiro consoantes ao PNE 2014-2024

Tomada de decisões (metas e estratégias):

REFERÊNCIA PME	METAS PNE Nº / QUANTIDADE DE ESTRATÉGIAS PMEs																				TOTAL
	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20	
Belford Roxo	12	9	5	34	9	8	20	2	9	3	3	4	2	2	2	4	16	4	17	8	173
Cachoeiras de Maca.	11	5	14	20	3	5	58	5	9	4	15	4	1	1	3	22	4	6	10	3	203
Guapimirim	15	11	14	16	7	11	30	7	12	10	7	10	5	4	7	10	5	6	8	7	202
Itaboraí	30	36	24	42	9	15	32	12 ^(*)	12 ^(*)	5	15	8	2	6	21	9	4	12	11	9	254
Itaguaí	31	29	6	31	7	19	29	6	10	7	4	7	3	4	7	10	5	8	27	9	259
Japeri	11	12	8	14	10	5	10	6	9	2	2	3	2	3	3	5	5	3	8	4	125
Magé	10	17	11	28	6	6	15	5	6	6	18	15	6	7	15	9	3	4	13	11	211
Maricá	32	29	0	24	9	23	34	6	9	7	0	0	0	5	13	4	7	3	11	14	230
Mesquita	12	14	24	31	8	8	10	6	10	13	19	16	5	4	3	15	5	8	16	15	242
Nilópolis	2	5	1	2	2	2	1	2	2	3	1	1	1	1	2	1	1	2	3	2	37
Nova Iguaçu	27	17	23	28	9	9	27	17	16	11	8	18	11	5	14	6	8	4	10	14	282
Paracambi	11	12	10	10	9	11	9	6	10	7	6	11	3	6	6	2	5	3	8	6	151
Queimados	13	21	4	29	11	5	13	7	9	7	7	12	3	9	2	4	2	2	12	6	178
Rio Bonito	18	16	19	30	8	11	36	16	15	21	23	15	4	8	20	13	13	16	9	8	319
São Gonçalo	20	25	14	27	11	24	5	16	15	19	26	14	7	15	16	19	3	8	15	23	322
São João de Meriti	13	14	13	31	7	9	4	5	12	13	6	17	8	3	19	11	6	8	13	13	225
Seropédica	19	16	6	12	8	6	16	5	11	11	9	7	5	5	7	5	4	4	8	5	169
Tanguá	18	27	5	32	13	14	5	22	16	11	4	6	4	6	11	14	16	7	20	19	270
TOTAL DE ESTRATÉGIAS	305	315	201	441	146	191	354	151	192	160	173	168	72	94	171	163	112	108	219	176	3.912
PNE 2014-2024	17	13	14	19	7	9	36	6	12	11	14	21	9	15	13	6	4	8	8	12	254

4. O caso das políticas de controle social da educação

Controle da administração pública:

“A finalidade do controle é a de assegurar que a Administração Pública atue em consonância com os princípios que lhe são impostos pelo ordenamento jurídico, como os da legalidade, moralidade, finalidade pública, publicidade, motivação, impessoalidade [...]. Abrange também o controle chamado de mérito e que diz respeito aos aspectos discricionários da atuação administrativa” (DI PIETRO, 2009, p. 724).

4. O caso das políticas de controle social da educação

Sentidos do Controle Social da administração pública:

Década de 1980: controle da sociedade civil sobre o Estado, na perspectiva de construção de um novo projeto societário, de cunho emancipador, democrático e participativo.

Década de 1990: despolitização, do controle da sociedade civil, implicando instrumentalização por perspectivas conservadoras que criam canais de participação burocratizados, segmentados e pouco descentralizados .

SOUZA, Donaldo Bello de; ALCÂNTARA, Alzira Batalha. Conselhos Municipais de Educação: monitoramento e avaliação de Planos Municipais de Educação relativos ao PNE 2014-2024. Contrapontos, Itajaí [no prelo].

SOUZA, Donaldo Bello de; ALCÂNTARA, Alzira Batalha. O controle social no âmbito do planejamento municipal da educação no Brasil alinhado ao Plano Nacional de Educação 2014-2024 [aguardando parecer de periódico ao qual foi submetido para publicação, em 2017].

4. O caso das políticas de controle social da educação

Órgãos de Controle Social (participativo) da educação:

**Conselho de Acompanhamento e
Controle Social do Fundo de
Manutenção e Desenvolvimento da
Educação Básica e de Valorização
dos Profissionais da Educação
(CACS do FUNDEB)
Lei nº 11.494/2007**

**Conselho de Acompanhamento e
Controle Social do Programa
Nacional de Alimentação Escolar
(CACS do PNAE ou CAE)
Lei nº 11.947/2009**

**Conselho Municipal de
Educação
(CME)**

SOUZA, Donaldo Bello de; ALCÂNTARA, Alzira Batalha. Conselhos Municipais de Educação: monitoramento e avaliação de Planos Municipais de Educação relativos ao PNE 2014-2024. Contrapontos, Itajaí [no prelo].

SOUZA, Donaldo Bello de; ALCÂNTARA, Alzira Batalha. O controle social no âmbito do planejamento municipal da educação no Brasil alinhado ao Plano Nacional de Educação 2014-2024 [aguardando parecer de periódico ao qual foi submetido para publicação, em 2017].

4. O caso das políticas de controle social da educação

Controle Social no âmbito dos PMEs da RMRJ:



SOUZA, Donaldo Bello de; ALCÂNTARA, Alzira Batalha. Conselhos Municipais de Educação: monitoramento e avaliação de Planos Municipais de Educação relativos ao PNE 2014-2024. Contrapontos, Itajaí [no prelo].

SOUZA, Donaldo Bello de; ALCÂNTARA, Alzira Batalha. O controle social no âmbito do planejamento municipal da educação no Brasil alinhado ao Plano Nacional de Educação 2014-2024 [aguardando parecer de periódico ao qual foi submetido para publicação, em 2017].

4. O caso das políticas de controle social da educação

Controle Social no corpo da lei:

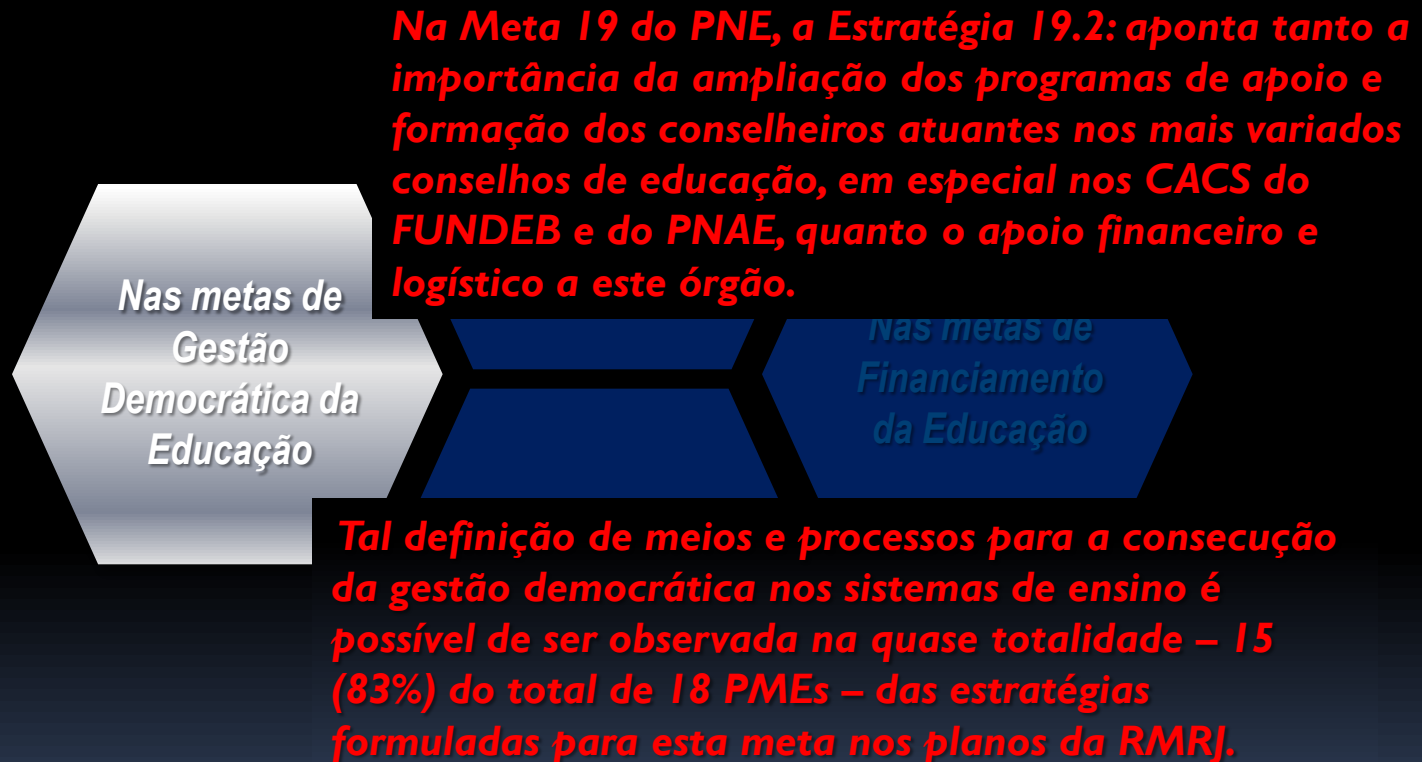


SOUZA, Donaldo Bello de; ALCÂNTARA, Alzira Batalha. Conselhos Municipais de Educação: monitoramento e avaliação de Planos Municipais de Educação relativos ao PNE 2014-2024. Contrapontos, Itajaí [no prelo].

SOUZA, Donaldo Bello de; ALCÂNTARA, Alzira Batalha. O controle social no âmbito do planejamento municipal da educação no Brasil alinhado ao Plano Nacional de Educação 2014-2024 [aguardando parecer de periódico ao qual foi submetido para publicação, em 2017].

4. O caso das políticas de controle social da educação

Controle Social no âmbito dos PMEs da RMRJ:



SOUZA, Donaldo Bello de; ALCÂNTARA, Alzira Batalha. Conselhos Municipais de Educação: monitoramento e avaliação de Planos Municipais de Educação relativos ao PNE 2014-2024. Contrapontos, Itajaí [no prelo].

SOUZA, Donaldo Bello de; ALCÂNTARA, Alzira Batalha. O controle social no âmbito do planejamento municipal da educação no Brasil alinhado ao Plano Nacional de Educação 2014-2024 [aguardando parecer de periódico ao qual foi submetido para publicação, em 2017].

4. O caso das políticas de controle social da educação

Controle Social no âmbito dos PMEs da RMRJ:

Já na Meta 20 do PNE, o CACS, ao lado de outras iniciativas, desponta na Estratégia 20.4, agora vinculadamente, apenas, ao FUNDEB, nos termos de vir a: “fortalecer os mecanismos e os instrumentos que assegurem [...] a transparência e o controle social na utilização dos recursos públicos aplicados em educação [...]”

*Democrática da
Educação*

*Nas metas de
Financiamento
da Educação*

Tal estratégia foi reproduzida em 06 (33%) dos 18 PMEs da RMRJ. Contudo, 14 (78%) desses 18 planos definem também outras estratégias nas quais configuram órgãos colegiados como protagonistas do controle social, ainda que com matizes diferenciadas e de natureza diversificada.

SOUZA, Donaldo Bello de; ALCÂNTARA, Alzira Batalha. Conselhos Municipais de Educação: monitoramento e avaliação de Planos Municipais de Educação relativos ao PNE 2014-2024. Contrapontos, Itajaí [no prelo].

SOUZA, Donaldo Bello de; ALCÂNTARA, Alzira Batalha. O controle social no âmbito do planejamento municipal da educação no Brasil alinhado ao Plano Nacional de Educação 2014-2024 [aguardando parecer de periódico ao qual foi submetido para publicação, em 2017].

4. O caso das políticas de controle social da educação

Controle Social no âmbito dos PME's da RMRJ:



SOUZA, Donaldo Bello de; ALCÂNTARA, Alzira Batalha. Conselhos Municipais de Educação: monitoramento e avaliação de Planos Municipais de Educação relativos ao PNE 2014-2024. Contrapontos, Itajaí [no prelo].

SOUZA, Donaldo Bello de; ALCÂNTARA, Alzira Batalha. O controle social no âmbito do planejamento municipal da educação no Brasil alinhado ao Plano Nacional de Educação 2014-2024 [aguardando parecer de periódico ao qual foi submetido para publicação, em 2017].

5. Considerações finais

É possível afirmar que as questões mais críticas que marcam a organização do conjunto dos PME's analisados consistem:

- i) no reduzido número de planos (não mais da metade) que registra algum tipo de referência sobre sua elaboração local, sendo possível distingui-las, de modo sistematizado, em poucos documentos, prevalecendo, nos demais, informações genéricas e fragmentadas;*
- ii) e na evidência de que apenas metade chega a registrar o necessário diagnóstico sobre a realidade educacional local, enquanto que os demais planos ou o reduzem a uma simples exposição de indicadores quantitativos, ou nenhuma informação a seu respeito veiculam.*

5. Considerações finais

Conforme visto, assim como no PNE 2014-2024, a previsão do Controle Social da Educação nos PMEs estudados se faz notar tanto de forma genérica – como princípio de regulação social local da educação, articulado ao fortalecimento da gestão democrática –, quanto de modo específico – situando institucional e sociopoliticamente os CACS (em especial do FUNDEB) como órgãos privilegiados para o monitoramento dos recursos aplicados nesta área das políticas sociais –, mas sem perder de vista as competências dos CMEs e demais instâncias colegiadas e de participação.

5. Considerações finais

Em que pese o fato de os PME's estudados refletirem não apenas as disposições do PNE em torno do Controle Social e dos órgãos correlatos, como os CACS e os CMEs, e virem, por isto, a contemplá-los em metas e estratégias não necessariamente atinentes a este plano nacional, constatou-se que isto ocorre de forma esparsa e fragmentada, à margem da incorporação sistemática dessas ações e dos conselhos no conjunto de decisões em questão, quadro que pode ser considerado tímido e de relativa insuficiência prescritiva.

5. Considerações finais

Conclusivamente, observa-se que o potencial indutor de políticas públicas dos planos da RMRJ, pelo menos em termos do Controle Social da Educação, reflete mais o protagonismo do Plano Nacional do que as especificidades locais eventualmente traduzidas nos PME's.

Assim, o caso estudado exemplifica a centralidade que o PNE assume na edificação dos PME's, implicando certo isomorfismo nacional da Policy (dimensão material da política) e, a um só tempo, reduzida expressão das ressignificações locais do planejamento mais global da educação.

5. Considerações finais

Em 29 de junho de 2016, transcorridos dois anos da aprovação deste novo PNE, é noticiado pelo jornal Folha de São Paulo que "O país não cumpriu nenhuma das ações do PNE [...] com prazos previstos para este ano", apontando que "Entre os atrasos, estão metas de inclusão escolar e definições de regras de investimento para a área", expondo "atrasos nos 14 dispositivos previstos para serem concluídos neste segundo ano"

Muito obrigado